

A DEMOCRACIA DIFÍCIL: VIOLÊNCIA E IRRESPONSABILIDADE CÍVICA

Milton Lahuerta*

Violência, dependência pessoal e acumulação capitalista

No Brasil é comum o reconhecimento de que a cidadania é incompleta. É freqüente também a idéia de que os direitos, ainda que existam formalmente, não são estendidos da mesma forma e nem na mesma proporção para todos os setores da população. Corroborando tal interpretação da realidade, uma expressiva maioria da população brasileira vive em condições precárias de existência e não conta com os direitos mais elementares. Justamente por isso não são poucos os brasileiros que dão as costas para as instituições públicas, desacreditando de toda e qualquer perspectiva que se centre na idéia de um bem comum. Basta notar como, de modo cada vez mais intenso, amplas camadas da população simplesmente deixam de reconhecer o Estado como garantia da norma legítima, recusam a ordem jurídica e procuram resolver seus problemas sem levar em conta a lei ou, simplesmente, colocando-se à margem dela. Tal situação, além de acirrar o conflito social e a violência, tem exposto a sociedade brasileira a um cenário hobbesiano que na prática significa a negação do Estado de direito.

Exatamente por isso, para refletir sobre a cidadania incompleta e sobre o baixo reconhecimento de direitos, assim como para responder ao problema da violência, relacionando-o com as dificuldades da democracia no Brasil, somos obrigados, necessariamente, a privilegiar uma abordagem que transcenda a perspectiva conjuntural. No limite, é necessário colocar em foco os fundamentos da cultura política brasileira, o autoritarismo

intrínseco à cultura brasileira. Tendo isso em conta, não é arbitrário iniciar este trabalho chamando a atenção para o fato de que a sociedade brasileira carrega uma forte herança autoritária, reveladora da má resolução da relação dela com o seu passado, particularmente por não ter equacionado de forma minimamente democrática a questão da escravidão. É evidente que sempre se pode buscar raízes históricas muito profundas, destacando – como fazem autores de várias gerações – a herança ibérica e o conservadorismo da colonização portuguesa, que inegavelmente são aspectos fundamentais na história brasileira (Faóro, 1988; Schwartzman, 1975; Holanda, 1979). Não há nenhuma dúvida que, como sociedade, o Brasil tem um enorme tributo para com a herança ibérica, pois sob inúmeros aspectos é uma continuidade da cultura e das instituições ibéricas (Faóro, 1988).

No entanto, observando-se mais detidamente o problema, nota-se que no caso do Brasil a marca mais perversa no estabelecimento de uma cultura política autoritária é a da escravidão. Ela agregou à tradição ibérica (com seu organicismo, sua catolicidade ultramontana, etc) – num contexto de isolamento das grandes propriedades agrárias – formas de mando sobre os subalternos que “contaminaram” toda a história política e cultural posterior. Inclusive, porque, juntamente com a violência presente nas relações escravistas, é relativamente consensual na bibliografia a existência de um circuito absolutamente complexo de relações de dependência pessoal, que alguns autores qualificam a partir da idéia de favor e/ou de cordialidade (Holanda, 1979; Schwarz, 1973; Franco, 1997; Arantes, 1992). A combinação dessas duas dimensões dificultou bastante o advento da democracia e bloqueou o desenvolvimento dos pressupostos mesmos de uma cultura liberal sustentada por instituições impessoais e duradouras (Nogueira, 1998; Werneck Vianna, 1998; Santos, 1978).

Ainda assim, creio não ser arbitrário considerar que, ao longo do século XX, principalmente a partir de 1930, desenvolveu-se uma tendência bastante nítida no sentido da ampliação e do reconhecimento dos direitos. Tendência que, com todas as idas e

* Prof. da FCL – UNESP – Araraquara.

vindas, estava se impondo de modo sólido e acabaria sendo interrompida pelo golpe militar de 1964. Essa “construção interrompida”, no que se refere à formulação de uma pauta mais clara de democratização da sociedade brasileira, talvez esteja na raiz do problema da *irresponsabilidade cívica generalizada*.

O golpe militar de 1964, sem sombra de dúvidas, interrompeu inúmeras experiências promissoras que estavam em curso no plano cultural. Dentre elas, pode-se destacar as iniciativas promovidas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, as campanhas realizadas em defesa da escola pública, a constituição dos Centros Populares de Cultura – CPCs (nas suas várias seções estaduais), a formulação da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, o Cinema Novo, o Teatro de Arena, etc... (Buarque Holanda, 1980; Navarro de Toledo, 1978). Todos esses empreendimentos eram expressivos de uma cultura bastante ativa e em busca de alternativas para o país, revelando – como disse certa vez Roberto Schwarz – uma sociedade extremamente inteligente (Schwarz, 1978). Sinteticamente, havia um movimento cultural que acompanhava o processo de modernização em curso na sociedade brasileira e procurava dar a esse processo de modernização uma consciência de si, inclusive no sentido de formular uma agenda para o futuro. O que, obviamente, mantinha uma forte relação com a formulação de um projeto de nação essencialmente centrado no desenvolvimento (Bilchowsky, 1996). Pensando nesses termos, a intervenção militar de 1964 interrompe linhagens culturais bastante expressivas e muito promissoras (Sintoni, 1999), esterilizando-as através de um processo ditatorial que se inicia anunciando sua provisoriedade, transforma-se num regime forte que tende a restringir as liberdades e se explicita plenamente como ditadura militar repressiva e terrorista. No entanto, do ponto de vista econômico e social, o projeto do novo bloco é de aceleração da acumulação capitalista. E nesse aspecto o regime militar será extremamente transformador; ainda que, nos planos político e cultural, tenha procurado sistematicamente impedir que essa transformação ganhasse expressão pública e adquirisse uma feição mais moderna. Daí a contradição entre o caráter mudancista

do regime militar em termos econômicos e seu autoritarismo político e seu conservadorismo no plano cultural (Schwarz, 1978).

Estado x Sociedade Civil

Do ponto de vista político, essa contradição foi equacionada nos anos 70 em torno da consigna autoritarismo X democratização (Cardoso, 1973; Cardoso, 1975). A idéia básica que se afirmaria ao longo dessa década centra-se na percepção de que estava ocorrendo um fenômeno de democratização econômico e social no país que não encontrava correspondência no plano político em virtude da vigência de um regime autoritário que limitava os movimentos de uma sociedade civil emergente. Para tal interpretação do Brasil, de certo modo, o regime militar apenas atualizava as piores tradições que decorriam da herança ibérica, do patrimonialismo, da vigência da escravidão, do populismo, do nacionalismo (Weffort, 1978). Essa interpretação do país que ganhou consistência teórico-política durante os anos setenta, tornou-se o principal referencial para a oposição, que passou a defender como ponto fundamental da agenda política a luta por direitos. O que, diga-se de passagem, revelou-se uma estratégia bastante acertada, já que permitiu superar o revolucionarismo voluntarista ainda bastante presente na cultura de esquerda e entre a juventude universitária. Ao que se acrescentaria: a luta por direitos deveria ter como seu principal protagonista a “sociedade civil”. No entanto, a afirmação desse novo conceito não se deu sem uma grande dose de ambigüidade. Da forma como foi concebido nos anos 70, o conceito de sociedade civil ganhou uma enorme autonomia da idéia de Estado, como se a sociedade civil fosse um “outro” do Estado. Com isso estabeleceu-se o primado de uma lógica simplista, como se o país estivesse polarizado entre o Estado (que congregaria em si todas as mazelas autoritárias da história brasileira) e a sociedade civil (que seria a detentora de todo o potencial democratizante dessa mesma história) (Lahuerta, 1999). É óbvio que tal polarização gerou uma má compreensão da relação estado – sociedade civil.

Basta notar que a sociedade brasileira entra nos anos 80 permeada por uma idéia chave, que é a idéia de que todos têm direitos e esses direitos devem ser reconhecidos sem nenhum tipo de limite – o que, em tese, é muito positivo. Mas, ao mesmo tempo, em nome da crítica que vinha se fazendo ao Estado autoritário, torna-se comum um posicionamento genérico que vê qualquer obrigação com o coletivo e qualquer regulamentação ou coerção exercida pelo Estado como intrinsecamente negativas porque anacrônicas e autoritárias. Tal perspectiva nos coloca diante de um cenário político e cultural bastante propenso a recusar toda e qualquer forma de autoridade, como pode ser notado nas formas de sociabilidade que se desenvolvem nos anos 80 e nos anos 90. Mas, mais importante do que isso foi ter se criado uma espécie de “Muralha da China” entre o Estado e a sociedade civil, como se o Estado fosse sempre a expressão do mal e a sociedade civil a personificação do bem e o lugar dos direitos; como se o Estado fosse a expressão de tudo de ruim que se queria negar. O paradoxo é que a perspectiva de negar o autoritarismo do Estado engendrou uma recusa a toda e qualquer autoridade. Uma das conseqüências desse caldo de cultura foi que a aversão ao público, ao estatal e ao político, como se fossem sinônimos de autoritarismo, fez com que perdesse força a idéia – central para a democracia – de que para haver cidadania é necessário não somente o reconhecimento de direitos, mas a obrigação para com a comunidade.

Debilidade da esfera pública e ausência de cultura cívica

A cultura política que emergiu da ditadura militar e ganhou expressão a partir do processo de transição para a democracia, paradoxalmente, acabou menosprezando os motivos e as estratégias que haviam motivado aqueles que lutaram contra a ditadura militar. É por isso que, para a nova sociedade brasileira, que emergiu com a modernização autoritária, o processo de democratização representou, essencialmente, a emergência dos interesses e acima

de tudo o direito de fazer tudo o que se quer. Com isso, deixou-se de lado a obrigação de ter compromisso com a comunidade, compromisso com o coletivo, compromisso no limite com o país. Talvez aí esteja uma chave para se explicar este momento da história brasileira em que o comportamento geral torna-se extremamente predatório. Momento no qual emerge uma incultura cívica generalizada que atinge, principalmente, a juventude. Durante as últimas décadas a sociedade brasileira vivenciou altas taxas de crescimento demográfico, tornou-se uma sociedade de massas com forte presença da juventude. De tal modo que os jovens tornam-se extremamente ciosos de seus interesses, frequentemente confundidos com direitos, mas, de maneira geral e em todas as classes sociais, não demonstram o mesmo apreço quando se trata de alguma contrapartida no sentido de praticar formas de colaboração e de cooperação para com o coletivo.

Faz sentido, portanto, o diagnóstico de Guillermo O’Donnell quando ele atribui as dificuldades da democracia no Brasil à ausência de alternativas doutrinárias mais sólidas acerca desse regime político durante o processo de transição (O’Donnell, 1993). O que nos obriga a recolocar uma questão teórica de fundo: talvez o foco intelectual que nos anos 70 centrou toda a análise do autoritarismo no Estado tenha sido um foco equivocado e hoje estejam sendo cobradas as conseqüências desse equívoco. Afora o fato absolutamente decisivo de ter se menosprezado a questão nacional, deixando-se num absoluto segundo plano a discussão acerca do lugar que o Brasil ocupa no cenário internacional, um outro problema que é necessário enfrentar reside no fato que o autoritarismo não está restrito ao estado, mas é o modo de ser de parte substancial da sociedade civil. Diferentemente do que se pensava, uma sociedade civil forte não é por si só antídoto ao autoritarismo, porque se ela é uma sociedade civil autoritária, nela vão se generalizar interesses pouco preocupados com a esfera pública, pouco permeados pela idéia de uma cultura cívica e, enquanto tais, interesses que estimularão os comportamentos

predatórios e os interesses particularistas, corporativistas de todos os tipos (Lahuerta, 1985).

Não é necessária muita perspicácia para perceber que se instaurou, como uma espécie de senso comum, na sociedade brasileira, a aversão crescente ao que é coletivo e uma verdadeira ojeriza pela esfera pública (Lahuerta, 1989). Dito em outros termos, instaurou-se um mecanismo de individualização perverso que se traduz em formas societais que menosprezam a democracia e recusam a cultura cívica. A principal consequência que emerge dessa situação é bastante drástica: como esta não é uma sociedade civil democrática e ela não está se qualificando para conviver com sua própria pluralidade, nela estão se generalizando fenômenos extremamente destrutivos. Dentre eles, a violência gratuita é um indicador bastante significativo e preocupante. Inclusive, porque esse processo tem tido como protagonistas – como vítimas ou algozes – os jovens, os adolescentes, que nos colocam diante de um índice de violência jamais observado na sociedade brasileira. Tal violência, que já atinge um grau de dramaticidade e de mortandade típico das guerras civis, vem colocando à sociedade brasileira uma forte demanda de ordem que põe vis-a-vis a um impasse. O dramático é que talvez, num breve espaço de tempo, esta sociedade civil que vivenciou uma espécie de “revolução dos interesses” (Werneck Vianna, 1991; Werneck Vianna, 1997) nas últimas décadas, passe a reivindicar alguma forma de Estado forte e até autoritário.

Na medida em que há escassa responsabilidade cívica entre os indivíduos que a compõem, esta não é uma sociedade civil que se organiza para buscar soluções democraticamente. De tal modo que a teia clientelista, expressiva da dependência pessoal e do favor, tende a se reproduzir, dificultando a democracia e o reconhecimento de direitos, criando as condições para que se recoloque a velha fórmula de, nos momentos de aperto, solicitar do Estado forte a solução para os problemas, de atribuir exclusivamente aos políticos e aos governos a responsabilidade pelas soluções.

Ou seja, nos últimos trinta anos, formamos (ou deformamos) as novas gerações para negar o autoritarismo e para menosprezar o Estado e a política, mas não nos preparamos para, através de alguma pedagogia democrática, encontrar alternativas para os nossos problemas. Depois de três décadas de combate ao autoritarismo, estamos mais próximos da irresponsabilidade generalizada do que do autogoverno. Paradoxalmente, para esse resultado contribuiu a rotinização da idéia de que os brasileiros têm direitos e devem ampliá-los. O que, em princípio, é algo bastante positivo. O problema é que a afirmação da idéia de direitos deu-se sem que se tivesse como contrapartida uma noção de deveres, de obrigação política com o coletivo, de obrigação com a comunidade, no sentido de que os nossos problemas são efetivamente nossos; de que nós – indivíduos autônomos, indivíduos que querem direitos, indivíduos que reivindicam a liberdade e a emancipação – sejamos capazes de nos associar para buscar soluções.

Talvez soe estranho lembrar o diagnóstico de Oliveira Vianna de que, por faltar-nos a tradição do autogoverno, estaríamos condenados por um largo tempo ao autoritarismo e às formas de Estado fortes. Mas o fato é que, na ausência de uma tradição de autogoverno, no Brasil vive-se esta época, em que a liberdade torna-se quase que um dado natural, de modo crescentemente destituído de sentido ético e marcado por uma grande irresponsabilidade. E toda época de irresponsabilidade acaba gerando como contrapartida a necessidade de se estabelecer limites; limites que são solicitados a alguém que se qualifique para exercer um poder soberano. No caso, esse “alguém coletivo”, paradoxalmente, permanecera sendo um Estado, um poder, um governo, por mais que diariamente a atividade política e toda a esfera pública sejam objeto de desqualificação pelos *media* (Lahuerta, 1989). Enfim, trata-se de um processo contraditório, mas que sem exagero nos remete em diversos momentos à imagem hobbesiana: a sociedade vai se sentir cada vez mais aterrorizada e cada vez mais apavorada diante da violência que se generaliza na convivência cotidiana e nas relações mais elementares, e acabará solicitando um Leviatã. O que teria

um sentido trágico, porque a sociedade brasileira tem um potencial democrático bastante grande que seria destruído. Para evitar que esse cenário pessimista se realize, é necessário enfrentar o tema dos valores, o tema da autoridade, o tema da obrigação política, e o tema da obrigação moral.

O “jeitinho brasileiro” e as dificuldades da democracia

É evidente que numa sociedade marcada pelo estigma da escravidão como a brasileira, o trabalho sistemático, muitas vezes inclusive identificado com trabalho manual e árduo, jamais foi plenamente valorizado. Basta notar o quanto continua atuante na cultura brasileira até hoje uma certa aversão ao trabalho, traduzida no culto à malandragem, a despeito das campanhas que, pelo menos desde o Estado Novo, procuraram valorizar o trabalho e por mais que se tenha reconhecido os direitos dos trabalhadores, permaneceu forte uma tendência à recusa do trabalho, identificado como algo a que não se tinha pleno acesso e, portanto, não se deveria valorizar demais. Manteve-se forte também uma outra tendência que se combinou com a desvalorização de uma ética fundamentada no trabalho sistemático. Refiro-me mais especificamente ao fascínio pelo improviso que acaba por alimentar uma tendência de se cultuar aqui uma espécie de moralidade elástica. Nós, brasileiros de todas as classes, a princípio somos extremamente moralistas e intransigentes nas situações de adversidade, no entanto, na maior parte delas, não chega a ser incomum o fato de nos rendermos a alguma forma de conciliação, não só de interesses, mas também de princípios morais. Essa moralidade elástica ficou conhecida entre nós como o “jeitinho” e se constituiu como uma norma de conduta desejável para caracterizar um “autêntico brasileiro”. E, ainda que não esteja escrita em nenhum lugar, funciona como uma instituição social que plasma a cultura política do país.

De modo que, diante de quaisquer constrangimentos, particularmente os legais, para os brasileiros a tendência de se burlar

a regra como estratégia de obtenção de interesses não seria considerada uma atitude condenável, mas sim uma espécie de consagração do “caráter nacional”. Essa circunstância terrível revela uma tradição cultural na qual a todo momento se recusa o reconhecimento de direitos, seja o direito próprio seja o direito dos outros, e se reitera a busca permanente de privilégios. Nessa ambiência cultural, cada indivíduo vê o outro, no limite, como um inimigo, um oponente, alguém diante de quem é necessário demarcar uma diferença. Estamos diante, portanto, de uma cultura propícia para a exclusão, para a não incorporação aos direitos das grandes majorias. Enquanto tiver vigência o comportamento que hipervaloriza o indivíduo apetitivo, aquele que sempre encontra uma fórmula de burlar a lei, de burlar os direitos, de burlar as regras, para levar algum tipo de vantagem, não será possível superar o jogo de soma zero e adentrar em alguma modalidade de cooperação (Axelrod, 1984).

Inclusive porque a “cultura do favor” se transmutou em incultura do banditismo, e hoje, principalmente entre os jovens e adolescentes, o grande valor é cultivar uma estética bandida, uma estética lúmpem. A um ponto isso chegou que os jovens de classe média e alta se chamam de “mano”, procuram falar uma linguagem de cadeia, aderem às lutas marciais, recusando o papel de vítima preferencial do ressentimento social. Como uma estratégia de sobrevivência, jovens de classe alta, bem alimentados, com dentes na boca, que dormem em lençóis limpos, que banham-se com sabonetes cheirosos e enxugam-se com toalhas macias, aderem a uma estética lúmpem e passam a ter como um “valor” comportar-se como se fossem bandidos.

Sem dúvida, tais comportamentos são expressivos de alguma coisa, são expressivos de que a sociedade está sem referenciais, e que os que estão se impondo, principalmente entre os jovens, são os da violência. E são eles – esses referenciais da violência, da competição sem regras e da vitória a qualquer custo – que vão se associar, vão se combinar com essa longa tradição de recusa ao trabalho sistemático, com a “cultura do jeitinho”, e a consequência

disso é que quem trabalha, quem respeita os outros, quem zela pelo meio ambiente e cumpre as leis é visto como um otário em potencial, como um “laranja”, como um tolo que não entende o que é a vida. Não é exagerado nem descabido, portanto, qualificar o que está acontecendo como uma inversão total de valores.

Cidadania, direitos e compromisso ético

Portanto, trata-se de construir um novo compromisso ético, antes que tudo, no sentido de que aqueles setores que exercem na sociedade funções intelectuais, em vários níveis, coloquem de modo crescente a necessidade de se construir uma cultura de responsabilidade cívica que valorize de fato a cidadania. No caso, não se trata apenas dos intelectuais de profissão, mas também daqueles que são organizadores de confiança, daqueles que cativam corações e mentes, e aí pode-se incluir desde o empresário que faz com que os trabalhadores levem a sério um determinado empreendimento, até o líder da comunidade que organiza as vontades individuais em torno de perspectivas coletivas. Só com o estabelecimento de algum horizonte de projeto será possível de fato enfrentar o problema da juventude abandonada e/ou descrente de valores positivos e solidários. Dito mais claramente, sem a perspectiva de se estabelecer um novo compromisso ético entre os setores organizados da sociedade não se enfrentará seriamente a questão da violência e da falta de perspectivas sociais, principalmente entre a juventude. Justamente por isso, a violência não pode continuar a ser tratada meramente como uma questão de polícia. Da mesma forma, o problema da infância e da adolescência abandonada, sem limites e sem valores, não pode permanecer sendo tratado como um problema restrito à Febem; dito mais claramente, o problema dos jovens, crianças e adolescentes, abandonados e/ou sem valores cívicos, é um problema de toda a sociedade brasileira. Enquanto os seus setores organizados não se colocarem seriamente diante dos problemas, assumindo uma perspectiva pública, inclusive escolhendo claramente alguns temas como um divisor de águas em

relação a suas perspectivas de futuro, o país caminhará célere para a desagregação social, reforçando a imagem de um beco sem saída.

Igualmente, para tornar mais evidente esse diagnóstico, pode-se destacar a crise da educação, que não pode permanecer como se dissesse respeito apenas àqueles que ensinam na rede pública e que exercem seu trabalho em precárias condições nas escolas da periferia. Pelo contrário, a falência do sistema educacional público diz respeito a todos e sua resolução exige, inclusive, o exercício de algum controle democrático sobre os meios de comunicação, no sentido de que eles passem a contribuir para o estabelecimento de uma cultura cívica, desenvolvendo uma pedagogia democrática. Não se trata de reclamar algum tipo de dirigismo cultural nem muito menos solicitar qualquer forma de censura, mas sim de exigir que as organizações empresariais que exploram os grandes meios de comunicação de massas também sejam objeto do controle público, no sentido de que elas contribuam para o fortalecimento das instituições democráticas e para a consolidação de uma cultura política democrática. É evidente que somente será possível lograr alguma alteração na situação atual se, de vários pontos da sociedade, houver a compreensão de que os *media* precisam ter um papel construtivo na democracia. Um papel de passar valores, de efetivamente abrir horizontes de futuro, horizontes projetuais para as pessoas.

Por tudo isso, não é arbitrário qualificar este como um momento de crise, que como tal comporta riscos e oportunidades. Nessa hora, há uma chance de inverter o jogo; evidentemente para isso ocorrer, muitos terão que ser mobilizados. O que exigirá, por sua vez, mudanças comportamentais. Não é razoável que, ao mesmo tempo em que se efetiva uma recusa inédita com relação a toda e qualquer autoridade, se reproduzam comportamentos irresponsáveis que permanecem agindo como se “alguém” pudesse resolver os nossos problemas. É preciso levar às últimas conseqüências aquilo que alguns autores tem chamado de “políticas de vida” (Giddens, 1996). Ou seja, começar pelo cotidiano, começar pelas coisas que estão mais próximas, mas jamais deixar de pensar grande. Refletir

a partir de uma visão global e agir nos níveis mais elementares. Nunca perder de vista o macro, mas saber que pequenas atitudes, pequenas iniciativas, às vezes podem dar, nos resultados, conseqüências bastante benéficas. O que nos coloca diante do seguinte desafio: as soluções não estão apenas nas mãos dos governantes, mas estão nas mãos dos cidadãos brasileiros. Principalmente, nas mãos daqueles que pensam, que exercem funções intelectuais, porque estes podem dar exemplo, podem sair na frente, podem, no limite, estimular outras pessoas a agirem também de modo mais solidário e cooperativo.

Em 500 anos, os brasileiros saíram de uma condição tribal, colonial e escravocrata para assumirem a condição de oitava economia do mundo. Em 500 anos construíram uma sociedade multicultural, multiétnica, multirreligiosa. Mas também construíram uma sociedade bastante perversa, com uma moralidade elástica, com um nível de violência muito alto, com formas de discriminação bastante evidentes que precisam ser combatidas. Por outro lado, poucas sociedades absorveram tão intensamente a idéia de que os indivíduos têm direitos. Trata-se, portanto, de enfrentar a exclusão social, transformando a idéia de incorporação, que ficou limitada a um prisma excessivamente economicista, individualista e predatório, em algo mais abrangente. Transformá-la na idéia de que para haver cidadania, além de se garantir direitos é imprescindível também ter uma contrapartida em obrigações. Afinal, direito não é algo que somente o indivíduo singular tem, mas direito é algo que diz respeito ao indivíduo em geral.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. E. *A Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- AXELROD, R. *La evolución de la cooperación. El dilema del prisionero y la teoría de juegos*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- BARBOZA FILHO, R. FHC: os paulistas no poder. In: AMARAL, R. (Coord.) *FHC: os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995, p. 93-155.

- BILCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- _____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FAÓRO, R. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1988.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. A Política Brasileira em Busca da Modernidade: na Fronteira entre o Público e o Privado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1998.
- HOLANDA, H.B. de *Impressões de viagem – çpc, vanguarda e desbunde: 1960/70*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HOLANDA, S.B. de . *Raízes do Brasil*: prefácio de Antônio Cândido. 13.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.
- LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP, 1999.
- _____. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C., COSTA, W. P.(Org.) *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p.93-114.
- _____. “A recuperação da esfera pública” In *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 3, n. 12, jan/jun de 1989.
- _____. “Cultura Política e Transição: entre a democracia e a barbárie”, *PRESENÇA – Revista de Política e Cultura*, n. 6, out.1985., São Paulo, Caêtes.

LAMOUNIER, B. “Lançando satélites democráticos” In LAMOUNIER, B. (Org.) *50 anos de Brasil: 50 anos da Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. “Governabilidade, política e reforma política : por uma relação virtuosa entre Estado e Sociedade Civil”, São Paulo, FUNDAP, mimeo, agosto de 1994.

O’ DONNELL, G. Anotações para uma Teoria do Estado. In: *Revista de Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 3, nov. jan. 1981, p. 71-93.

_____. “Sobre o Estado, a Democratização e alguns problemas conceituais – uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós comunistas”, IN *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36, julho de 1993

SALLUM JR, B. *Labirintos: dos Generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “Transição Política e Crise do Estado”, IN *LUA NOVA – Revista de Cultura e Política*, nº 32, São Paulo, CEDEC, 1994.

SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

_____. A pós revolução brasileira. In: JAGUARIBE, H. (Org.). *Brasil sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINTONI, E. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

WEFFORT, F.C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Por que democracia ?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. *Qual democracia ?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WERNECK VIANNA, L. *Travessia - da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

_____. *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

_____. *De um Plano Collor a outro: estudo de conjuntura*. Rio de Janeiro: Revan, 1991c.

_____. *A revolução passiva - Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1997.

RESUMO: O texto discute a questão da violência que se propaga pela sociedade brasileira, vinculando-a ao problema da “irresponsabilidade cívica”. Para isso, procura resgatar alguns traços que caracterizam a cultura política do país, relacionando-os com a origem escravista de nossa sociedade. Com essa perspectiva são discutidas as dificuldades para a consolidação de uma democracia plena, particularmente no que se refere ao reconhecimento dos direitos e obrigações da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; cidadania; violência; irresponsabilidade cívica; autoritarismo.

ABSTRACT: This paper discusses the violence issue that is spreading throughout the Brazilian society, with strong connections to the problem of “civic irresponsability”. Thus, some of the traces that portray the political culture of the country are gathered and related to the proslavery origin of that society. The difficulties for the consolidation of democracy are analysed from this perspective, especially those problems that refer to the recognition of the rights and duties of the citizen.

KEYWORDS: democracy, citizenship, violence, civic irresponsability, authoritarianism.